



Na segunda rodada da campanha presidencial, Lula e Bolsonaro buscam, aproximadamente, 15 milhões de eleitores

A dura corrida por um punhado de votos

» VINICIUS DORIA

Passada a ressaca da apuração do primeiro turno, com sentimentos opostos nas torcidas dos dois candidatos que praticamente monopolizaram corações e mentes do eleitorado, as equipes de campanha já começam a traçar as estratégias para o confronto final entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o atual, Jair Bolsonaro (PL). Mais do que paixões, é a matemática fria que servirá de base para a última perna da corrida ao Planalto. Lula larga na frente, com uma vantagem bem menor do que os institutos de pesquisa apontavam. Mas a missão do chefe do Executivo é mais difícil: virar um jogo em que há muito poucos eleitores ainda disponíveis a ouvir o que os concorrentes têm a dizer.

Na racionalidade das planilhas, a situação é a seguinte: Lula venceu o primeiro turno com 57,2 milhões de votos, contra 51 milhões de Bolsonaro (48,4% a 43,2%). Isso dá 91,6% dos votos válidos. Essa é a base de largada de cada um.

Anularam o voto 3,4 milhões de eleitores (2,8%), enquanto 1,9 milhão (1,6%) votaram em branco. Os eleitores que furaram a polarização votando em outros candidatos — principalmente em Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) — somaram 9,9 milhões. No total, cerca de 15 milhões de pessoas estão, em tese, “disponíveis” para o flerte dos dois finalistas — pouco mais de 12% do eleitorado que compareceu às urnas no domingo.

Estão aí os números que nortearão os dois candidatos, partindo do pressuposto de que nenhum deles perderá votos de forma significativa ao longo deste mês. As pesquisas mostraram que cerca de 90% do eleitorado já havia se decidido a votar em um ou outro e não admitia mudar de opinião.

“Mais difícil, para qualquer eleitor, é digitar o número no primeiro turno e apertar a tecla ‘confirma’.” Feito isso, é muito fácil repetir o voto no segundo turno. As pessoas sempre trazem o exemplo de 2006, quando

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Cerca de 15 milhões de eleitores estão, em tese, “disponíveis” para o flerte dos dois finalistas



Difícilmente (Lula e Bolsonaro) terão menos votos do que tiveram no primeiro turno”

Alberto Carlos de Almeida, doutor em ciência política

Geraldo Alckmin (na época, no PSDB) teve mais votos no primeiro do que no segundo turno (na disputa contra Lula), mas isso é raríssimo, é exceção. Difícilmente (Lula e Bolsonaro) terão menos votos do que tiveram no primeiro turno”, avalia o doutor em ciência política Alberto Carlos de Almeida, autor do livro *A cabeça do eleitor* e coautor de *A mão e a luva: o que elege um presidente* (com Tiago Garrido).

Tiro curto

Nesse cenário de cristalização da vontade do eleitor, Lula não só larga na frente como tem um caminho bem mais curto para percorrer. O ex-presidente precisa

de menos de 2 milhões de votos (1,5%) para atingir a marca de 50% mais 1 que lhe garanta a vitória. A missão de Bolsonaro para se manter no cargo é mais complicada. Para atingir a maioria absoluta, precisa seduzir cerca de oito milhões de eleitores. Para efeito de comparação, a cada voto conquistado por Lula neste segundo turno, Bolsonaro precisaria cooptar quatro, em um quadro de pouca disponibilidade de oferta.

Almeida não tem dúvida de que os votos que decidirão a corrida ao Planalto vão sair do eleitorado de Ciro Gomes e de Simone Tebet. “Os votos de Ciro no Nordeste, por exemplo, caminham mais para Lula, que pode não ser

o franco favorito que era na semana passada, mas permanece sendo favorito”, destaca.

O cientista político ainda levanta uma tese: a de que o voto útil já tenha sido dado no primeiro turno em favor de Bolsonaro, como indicam os números expressivos que o presidente obteve no domingo. “As pessoas que deixaram de votar em Simone e Ciro no primeiro turno foram para Bolsonaro, e as que restaram seriam votos de Lula no segundo turno. É uma hipótese razoável, que precisamos conferir nas próximas pesquisas.”

Outro desafio das campanhas será atrair o eleitor que não votou no primeiro turno — a abstenção atingiu quase 21%. Isso significa que um em cada cinco eleitores aptos não compareceu à sua respectiva seção eleitoral. Historicamente, a taxa de abstenção que o país costuma registrar nas eleições majoritárias sempre ficou acima de 16,6% (piso registrado em 2006). Nas duas últimas eleições ficou em 19,4%, em 2014, e 20,3%, em 2018, um patamar que os analistas acreditam que vai se repetir em 30 de outubro.

Institutos de pesquisa na berlinda

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Eduardo Bolsonaro quer uma CPI para investigar institutos

» TAISA MEDEIROS

As pesquisas eleitorais foram alvo de ataques nas redes sociais durante a apuração do primeiro turno das eleições, no domingo. Acusações de “manipulação” e de que os institutos estão “desmoralizados” foram disseminadas nas plataformas por causa da discrepância entre o que as consultas apresentaram e o que a urna mostrou. Os mais criticados foram Datafolha e Ipec.

No sábado, na intenção de voto estimulada feita pelo Ipec, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparecia com 51% dos votos, e o atual chefe do Executivo, Jair Bolsonaro (PL), com 37%. No Datafolha, do mesmo dia, os registros foram de 50% a 36%, respectivamente.

A apuração de domingo, no entanto, mostrou uma votação apertada, com vitória de Lula com 48,4% dos votos, ante 43,2% de Bolsonaro. Houve desencontros, também, em números das disputas estaduais, o que reforçou o tom crítico aos institutos.

Em nota, o Ipec ressaltou que as pesquisas eleitorais medem a intenção de voto no momento em que são feitas e que seu objetivo é apontar tendências. “Nossa última pesquisa mostrou que não era possível afirmar se a eleição acabaria ou não no primeiro turno. Assim se confirmou. A pesquisa Ipec apontava

Lula como o candidato que ficaria mais bem posicionado no primeiro turno. Isso também se confirmou”, destacou.

A respeito da divergência dos índices em relação a Bolsonaro, o instituto atribuiu a “uma provável migração de votos” de Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) para o presidente.

Já a diretora do Datafolha, Luciana Chong, disse acreditar que eleitores decidiram seu voto de última hora, especialmente os de Ciro e Tebet, além daqueles que ainda estavam indecisos e poderiam votar em branco e nulo. “Esse movimento acabou sendo

mais a favor de Bolsonaro. Por isso ele ficou no final com um resultado maior”, enfatizou, em entrevista à Globo News.

Chong também não descartou que tenha existido um antipetismo. “Quando chegou na véspera, as pesquisas mostrando que poderia ter a finalização no primeiro turno, com Lula ganhando, acredito que teve um movimento de antipetismo, de querer levar essa eleição para o segundo turno, especialmente dos eleitores de Ciro, que votaram no Bolsonaro para não ter essa vitória no primeiro turno”, avaliou.

Para Arilton Freres, diretor do

Instituto Opinião, a falta de atualização de dados do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pode ter dificultado a coleta de informações mais precisas.

“Desde 2010, não tem atualização, por exemplo, no critério de renda para a gente coletar, na distribuição geográfica dos brasileiros. É um motivo de os institutos de pesquisa terem dificuldade de montar amostras mais bem produzidas. Outro problema foi o envergonhado mesmo, do voto de última hora, da pressão das redes sociais”, argumentou.

Represália

Entre apoiadores políticos do chefe do Executivo também não faltou reprovação às pesquisas. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), informou que planeja votar no Congresso a regulamentação dos institutos.

“As votações e expressões da população brasileira deixam claro que as empresas de pesquisa não devem ser usadas para conduzir o eleitorado”, disse à Globo News. Segundo Lira, algumas pesquisas tentam “influenciar negativamente” o eleitor.

O deputado federal reeleito Eduardo Bolsonaro (PL-SP), defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) dos Institutos de Pesquisa.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Bolsonaro ampliou mais ao centro do que Lula

Tanto as eleições para governador no Sudeste, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas, como as eleições para o Senado, igualmente majoritárias, mostram que a vantagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na região foi menor do que se estimava e que a política de alianças do presidente Jair Bolsonaro nesses estados foi mais soft do que se imaginava. Ambos serviram como alavanca para as eleições dos candidatos proporcionais de seus respectivos partidos, mas o PL passou de 76 para 99 deputados, enquanto o PT saltou de 56 para 68 representantes na Câmara, embora Lula tenha tido mais de cinco milhões de votos de vantagem em relação a Bolsonaro.

Os resultados eleitorais, principalmente no Sudeste, mostram que Lula não ampliou suas alianças o quanto era preciso, apesar da escolha do ex-governador tucano Geraldo Alckmin para vice. Houve vários episódios em que isso ficou evidente, como na negativa de conversa com o ex-presidente Michel Temer, que poderia ser o movimento que faltava para evitar a consolidação da candidatura de Simone Tebet e o MDB apoiá-lo formalmente na eleição. O fato de o PT e seus aliados falarem repetidamente em frente ampla não significou que ela tenha existido realmente, o que houve foi uma frente de esquerda, que se julgava forte o suficiente para levar a eleição de roldão no primeiro turno.

Para usar parâmetros históricos que possam ilustrar essa distinção, podemos citar a frente democrática formada pelo PSD, o PTB e o clandestino PCB, em 1955, para eleger o presidente Juscelino Kubitschek, que mesmo assim não foi suficiente para obter a maioria absoluta dos votos válidos, pois recebeu 36% dos votos, contra 30% de Juarez Távora. Ou seja, a esquerda apoiou o candidato conservador. Frente ampla se formou contra o general Castelo Branco quando as eleições de 1965 foram suspensas. Carlos Lacerda (UDN), que havia sido o grande artífice do golpe militar, apoiou a destituição do governo; e João Goulart (PTB), o presidente deposto, no exílio, com apoio do líder comunista Luís Carlos Prestes (PCB), na clandestinidade, formaram uma frente ampla de oposição. Lacerda e Juscelino foram cassados, e os militares mudaram as regras do jogo, acabando com qualquer possibilidade de redemocratização, com a proibição da Frente Ampla e a adoção do Ato Institucional nº 5.

Formar uma frente ampla é muito mais complicado do que articular uma frente de esquerda, a partir de uma agenda nacional-desenvolvimentista. Significa aceitar a centralidade da agenda política liberal na política, fazer concessões na economia e reduzir a profundidade das propostas sociais. Lula não manifestou no primeiro turno nenhuma intenção de fazer essas concessões, sempre avaliou que o esvaziamento da chamada terceira via, por meio do voto útil, resolveria essa questão em seu favor. Não foi o que aconteceu.

Triângulo das Bermudas

Houve tentativas de costurar uma aliança entre o governador Rodrigo Garcia (PSDB) e o presidente Lula nas eleições de São Paulo, mas essas articulações, para formação de uma frente ampla em São Paulo, nunca foram levadas a sério, porque a questão teria sido resolvida com a presença de Alckmin na chapa de Lula. Acreditava-se que o favoritismo do ex-prefeito paulistano Fernando Haddad seria confirmado nas urnas, mas não foi o que aconteceu. O candidato de Bolsonaro, Tarcísio de Freitas, um carioca que caiu de pára-quadras nas eleições paulistas, virou o primeiro turno em ampla vantagem. Uma parcela dos eleitores de Garcia, derrotado por antecipação, fez a baldeação para o candidato de Bolsonaro já no primeiro turno; agora, é muito mais difícil atrair os demais para uma aliança com Haddad, porque Tarcísio lidera com ampla vantagem na disputa de segundo turno.

No Rio de Janeiro, não foi muito diferente. Presidente da Assembleia Legislativa, o deputado André Ceciliano (PT), candidato ao Senado, foi o fiador do governo de Cláudio Castro, que assumiu a gestão após a cassação de Wilson Witzel, sem nunca antes ter disputado um cargo majoritário. Essa aliança foi rompida quando Lula apoiou a candidatura do deputado federal Marcelo Freixo, seguindo a lógica da frente de esquerda. Se a aliança fosse mantida, seria possível a neutralidade de Castro, que descolou sua campanha de Bolsonaro, facilitando a vida de Lula. Mas uma aliança desse tipo é inimaginável para a esquerda carioca e o PT. Ou seja, a frente ampla não se viabiliza na prática. Agora, Lula procura Castro, mas é leite derramado.

Em Minas, o governador Romeu Zema (Novo) assumiu uma posição de neutralidade nas eleições, diante do fato de que Lula mantinha ampla vantagem no estado. As condições para uma aliança entre os dois estavam dadas pelo posicionamento da maioria esmagadora dos eleitores, mas Lula preferiu apoiar o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, na expectativa de que o levaria ao segundo turno e transferiria seus votos, o que aconteceu, mas não na escala necessária. Zema venceu no primeiro turno e já anunciou que vai dar uma força para Bolsonaro em Minas.

Com as posições bem definidas nos estados do Sul e Centro-Oeste, a favor de Bolsonaro, e do Norte e Nordeste, com Lula, a disputa da maioria dos eleitores nos estados do Sudeste, o chamado Triângulo das Bermudas, decidirá as eleições. Bolsonaro venceu no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Espírito Santo; Lula em Minas.